

O Instituto Camaões e a Política Externa Cultural Portuguesa

Camões Institute and The Portuguese Foreign Culture Policy

Fernanda Jasmin Guimarães¹

Resumo: Diante do contexto de globalização dos anos 1990, Portugal reformula sua política externa dando ênfase à política cultural criando uma Instituição, o Instituto Camaões, que torna-se responsável pela promoção e divulgação da sua língua e cultura além das suas fronteiras. Assim como, a redefinição do seu papel na Comunidade Internacional.

Palavras-Chaves: Política Externa, Política cultural.

Abstract: In front of the globalization context of the 90th, Portugal reformulates its foreign policy given ênfase to the cultural politics and creating an Institution, the Camões Institute that becomes responsible for promoting and divulgação of language and culture beyond its borders. Also the redefinition of the role in the international community.

Keywords: Foreign Policy ,Culture Policy.

Introdução:

Toda Política Externa deve, necessariamente, estar vinculada aos interesses – em um sentido bem amplo - do Estado que a implementa. Nesta perspectiva, a cultura é uma questão que não pode ser negligenciada pelos formuladores dessa política, tal questão não deixa de ser utilizada pelo Estado como instrumento de busca de influência e prestígio nacional. Assim o que estamos propondo é compreender o papel da política cultural como instrumento de política externa, analisando a formulação da política externa cultural

¹ MBA – Analista Internacional (UFRJ); Especialista em História das Relações Internacionais (UERJ)
jasmin.ri@hotmail.com.

portuguesa no final do século XX e início de século XXI, bem como seu instrumentos de ação no cenário internacional.

No contexto da dinâmica global do final da década de 1980 e na década de 1990, consolidou-se, em Portugal, a idéia de lusofonia, que serviria como alicerce para a construção de uma comunidade lusófona, baseada na cooperação entre os seus membros. Esta Comunidade teria como principais objetivos a promoção da língua e cultura portuguesas no mundo, em um momento, em que setores significativos da opinião pública lusa voltaram a se preocupar com a possibilidade da língua espanhola ascender como única representante da matriz cultural ibérica. Neste quadro, o português - falado por mais 200 milhões de pessoas em todos os continentes - não poderia ficar para trás, havendo assim a necessidade de reformulação de política externa de Portugal, fazendo com que, o fator cultural, se tornasse um dos *sete principais itens desta política*².

Para entendermos tal questão, é importante ressaltar que, quase após 50 anos de ditadura, Portugal redefiniu a sua inserção nas relações internacionais a partir da Revolução dos Cravos,(1974), do processo de descolonização do antigo império português. As instituições do Estado e da Sociedade se democratizaram e uma nova forma de poder político foi instaurada, apesar do país ter vivenciado inúmeras crises econômicas, políticas e sociais. No âmbito da política externa, a partir desse momento, Portugal passou a priorizar a sua inserção na Comunidade Econômica Européia, relegando a um segundo plano a sua tradicional “Política Atlântica”.

No entanto já, na década de 1980, Portugal ensaiou o retorno a uma “Política Atlântica”, desta vez dentro de novos parâmetros, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Neste contexto, as discussões em torno da questão da lusofonia ganharam força, pois a entrada de Portugal na Comunidade Européia trouxe a tona o debate sobre questões de identidade nacional, refletindo a necessidade do país se representar como nação e de redefinir seu papel na Comunidade Internacional. Desse modo, a questão cultural passou a ter um importante peso na formulação de sua política externa.

² Dados encontrados no Site: www.instituto-camoes.pt.

Se formos pensar em uma periodização, podemos afirmar, grosso modo, que a política externa cultural portuguesa passou por três fases importantes ao longo do século XX. A primeira corresponde ao período entre 1930-75 (o Estado Novo), quando a promoção cultural Portuguesa era feita pelo Instituto de Alta Cultura. A segunda, a partir de 1976, quando esse instituto foi substituído pelo ICAP (Instituto de Cultura Portuguesa), numa fase de reajustes ideológicos e políticos, embora a finalidade dessa nova instituição, porém, ainda não estivesse muito nítida. Em 1979, o ICAP foi empurrado para a Ciência. A secretaria de Estado de Cultura abandonou o então chamado Ministério da Educação e teve duração efêmera, já que em 1980 ele foi devolvido ao seu órgão de origem e teve a sua estrutura reformulada³, passando a se chamar Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP). As conjunturas externas e internas levaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) à segunda fase da internacionalização dos Acordos Culturais. Na terceira fase, entre 1980 e 1992, o ICALP mudou de ênfase e trocou a sua prioridade, da afirmação emblemática da identidade nacional pela vontade mais pragmática de fazer propaganda internacional e foi substituído pelo Instituto Camões (ICA).

No debate atual sobre os efeitos da globalização muito se tem argumentado acerca dos princípios estabelecidos no plano do pluralismo cultural e lingüístico. É que, não obstante o crescimento do inglês como língua franca por excelência. A tendência do idioma espanhol consolidar-se como único representante da cultura ibérica, assiste-se lutas entre Estados nacionais e comunidades lingüísticas, pela divulgação das suas línguas e culturas. A globalização, a regionalização e a localização são processos que acontecem em simultâneo, com uma tendência para o alargamento do multilingüismo e do políglotismo.⁴O Instituto Camões foi anexado ao Ministério de Negócios Estrangeiros Português, em 1995, concretizando uma das mais importantes plataformas de promoção e afirmação da identidade lusófona além das fronteiras. Tal afirmação é estimulada num tempo em que

³ Criado pelo Decreto-Lei nº 7/79 de 27 de Janeiro, um texto de leitura imprescindível pelos seus detalhes precisão política.

⁴ apud: Casadevall e Requena, 2005: 137; artigo de Paula Cristina Pacheco Medeiros – Lusofonia: Discursos e Representações. Revista Eletrônica dos programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC, nº 1, 2006).

proliferam os receios discutidos e sempre questionáveis de anulação ou silêncio das culturas nacionais e locais perante o processo de globalização.

Atuação do Instituto Camões

A esfera de intervenção do ICA desdobra-se em uma tríade de eixos fundamentais - diplomático-consular; artístico-cultural e científico-acadêmica -, cuja finalidade é estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da língua e da cultura portuguesa em países estrangeiros, promovendo o português como língua de comunicação internacional. Além disto, ele busca assegurar a representação do País na negociação de acordos culturais e respectivos programas de cooperação internacional, coordenando a participação dos departamentos do Estado.

A participação do Instituto Camões no espaço CPLP,(Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), tem uma dinâmica bastante significativa, com diversos acordos culturais implementados. O Instituto Camões, articulado com comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, vem sendo um instrumento de uma política externa cultural portuguesa, buscando assegurar a liderança de Portugal na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a promoção da língua e da cultura lusitanas no âmbito da União Européia e no resto do mundo procurando fazendo frente à expansão do castelhano como principal língua representativa da cultura ibérica.

A Política Cultural na Política Externa Portuguesa

A análise acerca do debate das relações internacionais culturais na última década do século XX constituiu um tema de fundamental relevância para justificar a ação portuguesa através de sua política cultural externa. Inserido numa dinâmica de economia e política globalizadas, Portugal articulou a política cultural como instrumento de sua política externa para o reforço de sua imagem na Europa e no mundo. Este veículo singular para a defesa da divulgação da língua e da cultura portuguesas, surge fundamentalmente nas seguintes perspectivas: funciona como elo de ligação entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e Portugal; permite uma

interligação dinâmica entre o chamado mundo lusófono; e constitui, ainda, uma área de atuação no âmbito de cooperação para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que confere uma maior visibilidade ao país.

O Estado é o ator efetivo das políticas voltadas para o exterior, mas sozinho é muito mais limitado do que quando auxiliado pelas forças internas, econômicas e sociais. Para isso, no entanto, é preciso que essas forças estejam alinhadas aos objetivos do país no plano global, ou seja, elas “devem ter consciência do papel que o Estado possui e do papel que ela quer. Isso só é possível com a disseminação da cultura de presença do país no exterior, e de uma presença ativa e não somente relativa em relação aos valores e projetos estrangeiros”.⁵

Como afirma Duroselle, “por relações internacionais culturais se compreende um universo amplo que comporta as relações orquestradas e estabelecidas com o concurso direto ou indireto do Estado”, classificando, assim, as relações de políticas culturais como frutos de um esforço sistemático e amplo do Estado em se dotar de organismos públicos para propaganda intelectual e cultural⁶. Para Portugal, a política cultural consiste em uma das principais prioridades da política externa portuguesa cujo organismo responsável é o Instituto Camões com o objetivo de difundir não só a língua, cultura e como também reforçar sua identidade, bem como a imagem portuguesa na União Européia e no mundo. Ao mesmo tempo, em Portugal, ocorria a consolidação da idéia de lusofonia, com o fortalecimento do discurso de “retorno ao Atlântico”, fortemente influenciado pelo pensamento de Gilberto Freyre.

No bojo das transformações ocorridas no sistemas internacional, nas décadas de 1980 e 1990, Joseph S. Nye Jr. considera a cultura parte do chamado “*soft power*”⁷ que junto com poder econômico e militar é a base do poder dos Estados na era da informação. Neste sentido, não se pode negar que esta percepção está

⁵ VALENTE., Leonardo. “*Política Externa da Era da Informação*”, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Revan, UFF, 2007.

⁶ *apud* LESSA, Mônica Leite “*Relações Internacionais Culturais*” in: MENEZES, Lená Medeiros; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; e RÖLLEMBERG, Denise (org). *Olhares sobre o político*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2002.

⁷ Expressão utilizada por Joseph Nye para explicar o poder de ação da cultura “*Soft Power*, significa poder brando. NYE Jr., Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

presente na atuação da diplomacia cultural portuguesa, que a levou a organizar uma “política de expansão cultural”, termo utilizado por Louis Dollot, e que compreende a plenitude das relações entre os governos e também entre os povos.

Partindo da idéia de garantir a língua portuguesa como uma das representantes da matriz da cultura ibérica, o Estado português utiliza a “ação cultural”, que segundo a análise de Mitchel⁸, tem papel fundamental na política externa dos países, ao assimilar as relações culturais, sobretudo pela mutualidade, reciprocidade e cooperação. Nesta perspectiva, Portugal busca difundir sua língua e sua cultura como líder de uma comunidade lusófona, contribuindo para sua maior projeção no cenário internacional. Atualmente já conta aproximadamente de 40 Institutos Camões atunadopelo mundo.

Bibliografia

Artigos em Periódicos:

CRAVINHOS, J.G. “O vácuo no centro: reflexões sobre o conceito de poder na tradição realista”, *Política Internacional* 2: 21-45., 1998.

FREIXO, Adriano de. “Entre o Atlântico e a Europa: o fim do Império e a redefinição do papel de Portugal no sistema-mundo”. In: *Convergência Lusíada* (21). 2005.

_____. “Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa”. In: *Cena Internacional*. Ano 8, nº1, 2006.

GONÇALVES, Williams. “Brasil e Portugal: Diplomacia e Política”. In: SANTOS, Gilda (Org). *Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces – Revista Convergência Lusíada*, nº17 (Número Especial), Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000.

LESSA, Mônica Leite, SUPPO, Hugo. “A União Européia e o Multiculturalismo”. In: *Meridiano 47*. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais Nº 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, agosto 2000.

MARQUES Guedes, A. “A Diplomacia Cultural e a Diplomacia: a política portuguesa de celebração de Acordos Culturais bilaterais”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*

⁸ MICHEL, J.M. *International cultural relations*. Londres: Allen e Unwin/British Council, 1986.

7, 39-46, AULP, 1993.

_____. “A Diplomacia Cultural e a Diplomacia: a política portuguesa de criação de Leitorados de Língua e Cultura”, *Estudos Orientais* 6, 305-316, Instituto Oriental, FCSH-UNL, 1997.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco. “Lusofonia: Discursos e Representações”. *Revista eletrônica dos programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC*, nº 1, 2006.

SOARES, Maria de Lourdes. “Lusofonia e imaginário cultural no ensaísmo de Eduardo Lourenço”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional* (35). Rio de Janeiro, MHN, 2003.

Teses e Dissertações:

FREIXO, Adriano de. *Do 25 de abril à CPLP: Portugal nas relações internacionais contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

_____. “*Minha Pátria é a Língua Portuguesa*”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal. Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

SOUZA, Lúcia Melo de. *Um Falcão no Punho e a busca de uma nova identidade cultural portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

Livros

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*, São Paulo, 2002, IPRI. CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHACON, Vamireh. *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa, Verbo, 2002.

_____. *A Grande Ibéria: Convergências e Divergências de uma tendência*. São Paulo/Brasília, Ed. da UNESP/Paralelo 15, 2005.

DOLLOT L. *Les Relations Culturelles Internationales*, Presses Universitaires de France, Paris, 1964.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa, Comissão Executiva das

Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Desconversas (Ensaio Crítico)*. Rio de Janeiro, Ed. Da UFRJ, 1998.

GONÇALVES, Williams e SILVA, Guilherme A. *Dicionário de Relações Internacionais*. São Paulo, Manole, 2003.

GONÇALVES, Williams e LESSA, Mônica, Leite Lessa (Orgs.). *História das Relações Internacionais, Teorias e Processos*, Rio do Janeiro: Eduerj/Faperj, 2007.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. 2ªed., Lisboa, Publicações DomQuixote, 1982.

_____. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 4ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994.

_____. *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusifonia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENEZES, Lená Medeiros; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; e ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *Olhares sobre o político*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2002.

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI, 2002.

NYE Jr., Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3ªed., Porto, Edições Afrontamento, 1998.

_____. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 5ª ed., São Paulo, Cortez, 1999.

SANTOS, Theotonio (Coordenação); MARTINS Eduardo Carlos; SÁ, Fernando e BRUCKMANN, Mônica (Orgs.).

Globalização e Regionalização hegemonia e contra-hegemonia (vol.3), Rio de Janeiro, PUC, 2003. SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África – A Dimensão Africana da*

Política Externa Brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília, Ed. da UnB, 1996.

_____. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília, IBRI, 2001.

SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

VALENTE, Leonardo. *Política Externa da Era da Informação*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Revan, UFF, 2007.